



Opinião Econômica

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

banrisul

Dona Maria da Penha, a senhora é a razão

Pesquisa com 40 mil entrevistas em 13 capitais investiga violência contra a mulher no Brasil

Essa foi a minha segunda vez em Fortaleza. Terra quente, mas com uma deliciosa brisa do mar. Foi também uma viagem marcada por um encontro especial. Não é todo dia que encontramos um ícone. É difícil descrever a emoção de encontrar e conversar, ainda que brevemente, com a ativista Maria da Penha.

Tive o prazer de participar da comemoração organizada pelo CAEN-UFC em homenagem aos dez anos da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDFMulher). A primeira onda foi realizada em 2016 e coordenada pelo professor José Raimundo Carvalho, em parceria com o Instituto Maria da Penha. Montar e organizar uma pesquisa sobre violência doméstica, hoje representativa em 13 capitais brasileiras, com cerca de 40 mil entrevistas, não é tarefa simples.

Como diz o ditado, a rapadura é doce, mas não é mole, não.

No primeiro dia do evento, os professores José Raimundo Carvalho, coordenador da pesquisa, a professora Mércia Santos (UFPB), coordenadora da Rede EvA, e eu apresentamos resultados de pesquisas acadêmicas sobre violência doméstica. No dia seguinte, foi lançado o livro “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Brasil: Abordagens Interdisciplinares”.

Em seu discurso, Maria da Penha destacou que uma das questões que mais lhe doem é a dos órfãos decorrentes da violência doméstica, que, segundo ela, permaneceram invisíveis nesse debate por muito tempo. Ela mesma, se não tivesse sobrevivido às duas tentativas de feminicídio, teria deixado órfãs suas três filhas.

Além disso, apontou preocupações com pontos ainda em

aberto no combate à violência doméstica. Um deles é a ausência desse tema nas escolas e a necessidade de investir na prevenção junto às novas gerações para romper o ciclo da violência. Outro ponto importante é a falta de delegacias especializadas no atendimento às mulheres (DEAMs) no interior do país.

Se, de um lado, Maria da Penha chama a atenção para lacunas institucionais, de outro, a pesquisa acadêmica mostra como fatores econômicos e políticas públicas afetam diretamente a violência. O artigo “Does the Gender Wage Gap Influence Intimate Partner Violence in Brazil? Evidence from Administrative Health Data” (A diferença salarial entre gêneros influencia a violência doméstica no Brasil? Evidências de dados administrativos de saúde) investiga se a redução da desigualdade salarial de gênero,

entre 2011 e 2016, afeta a violência por parceiro íntimo (VPI).

Os efeitos podem ocorrer em duas direções: por um lado, o aumento do poder econômico permite que as mulheres deixem ambientes abusivos; por outro, os homens podem reagir à perda de poder, elevando a violência. Os autores mostram que a redução da desigualdade salarial diminui os casos de VPI reportados por profissionais de saúde e que os feminicídios caem em municípios com menor nível de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).


Além disso, essa redução está associada à queda nas hospitalizações entre mulheres de 15 a 29 anos. Em outro artigo, “Women s Police Stations and Intimate Partner Violence: Evidence from Brazil” (Delegacias de Polícia da Mulher e Violência Doméstica: Evidências do Brasil), as autoras mostram que a expansão das DEAMs

reduziu o número de feminicídios.

Após o lançamento do livro e o encerramento das comemorações, um grupo de cerca de 15 pessoas se reuniu para jantar. O clima era de felicidade e não poderia ser outro. A Lei Maria da Penha completa 20 anos; em 2015, foi sancionada a lei do feminicídio; em 2016, foi lançada a pesquisa PCSVDFMulher, entre outras conquistas.

A cofundadora e superintendente-geral do Instituto Maria da Penha, Conceição de Maria, cresceu a luta para obter recursos para viabilizar a pesquisa. Falou também do treinamento das entrevistadoras, que percorreram capitais do país, muitas vezes sob risco e enfrentando ameaças.

Como ela repetiu em diferentes momentos: a rapadura é doce, mas é não é mole, não. Até que chega o momento de provar a rapadura, que já não parece tão difícil, e de reconhecer o trabalho exemplar desse grupo. E, acima de tudo, lembrar, como bem disse Conceição, “Dona Penha, a senhora não é apenas uma referência. A senhora é a razão.”




banriway

A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**



www.banrisul.com.br/banriway

Arrecadação soma R\$ 229,2 bi em março, alta de 4,9% sobre mesmo mês de 2025

/IMPOSTOS

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 229,249 bilhões em março, informou a Receita Federal. O resultado de março representa uma alta de 4,99% na comparação com o mesmo mês de 2025, descontada a inflação do período. Segundo a Receita, é o maior resultado para meses de março desde 2000, o início da série histórica.

A receita previdenciária somou R\$ 61,840 bilhões, crescimento real de 4,95% frente a março de 2025. Segundo a Receita, o resultado foi puxado pela alta real de 2,0% da massa salarial em fevereiro de 2026, na comparação com o mesmo período de 2025, além da expansão de 15,10% no montante de compensações tributárias com débito da receita previdenciária no mês passado, na comparação interanual.

A arrecadação com o Imposto de Importação e com o IPI vinculado à importação somou R\$ 12,687 bilhões, 31,56% acima do mesmo nível de março de 2025, descontada a inflação. Essa alta reflete aumentos reais de 37,92% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação, de 34,51% do IPI vinculado e de 21,69% no valor em dólares das importações. A queda de 8,97% na taxa média de câmbio limitou o aumento.

As receitas com o IOF, por sua vez, aumentaram 50,06% acima da inflação frente a março de 2025, e atingiram R\$ 8,347 bilhões. “Esse desempenho decorre, principalmente, das operações de crédito, seguros e referentes à saída de moeda estrangeira, especialmente em decorrência de alterações legislativas implementadas em junho de 2025”, diz a Receita, em relatório.

A arrecadação de impostos e



Resultado foi o maior para março desde o início da série histórica

contribuições federais até março de 2026 somou R\$ 777,117 bilhões, informou a Receita. O montante representa alta de 4,58% na comparação com 2025, descontada a inflação do período. Segundo o órgão, é a maior arrecadação no primeiro trimestre desde 2000. No relatório de divulgação, o Fisco atribui o desempenho da arrecadação em 2026 à receita previdenciária, que teve uma arrecadação

de R\$ 187,366 bilhões, com crescimento real de 5,37%.

Esse resultado decorreu, segundo o órgão, do crescimento real de 3,26% da massa salarial e de 4,56% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário de março de 2026 em relação a março de 2025. Além disso, houve crescimento de 18,06% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em

relação a março de 2025.

O PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 153,126 bilhões, representando crescimento real de 5,60%. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento de 0,69% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 2,49% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025.

Além da recuperação da arrecadação relativa a setores inseridos no Perse e ao setor de combustíveis e do desempenho positivo dos serviços financeiros, do setor de eletricidade e gás e do Simples Nacional. O IOF apresentou uma arrecadação de R\$ 25,256 bilhões, representando crescimento real de 44,45%. O desempenho vem de operações relativas às operações de crédito, seguros e relativas à saída de moeda estrangeira.